

Universidade pública no Brasil: um campo de guerra civil¹?

Public university in Brazil: a civil war battlefield?

Universidad pública en Brasil: ¿campo de guerra civil?

Gageiro Coutinho, Luciana ⁽ⁱ⁾

Gurski, Rose ⁽ⁱⁱ⁾

Wisniewski Schaly, Marcia Salete ⁽ⁱⁱⁱ⁾

Ferreira de Oliveira, Bruna ^(iv)

Fagundes, Patrícia da Conceição ^(v)

(i) Universidade Federal Fluminense – UFF, Faculdade de Educação, SFP, Niterói, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-5535-5931>, lugageiro@uol.com.br.

(ii) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Psicanálise e Psicopatologia, Porto Alegre, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7392-1463>, rosegurski@ufrgs.br.

(iii) Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, Educação, Curitiba, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0554-6753>, marciasws@hotmail.com.

(iv) Universidade de São Paulo – USP, Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-1081-8469>, psi.brunafoliveira@gmail.com.

(v) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0008-2036-4860>, apatriciafagundes@gmail.com.

¹ A expressão “guerra civil” foi retirada do título do livro de Dardot et al. (2021) – *A escolha da guerra civil* –, em que os autores argumentam sobre as estratégias neoliberais de esvaziamento das forças políticas de resistência em favor do crescimento de disputas cotidianas que enfraquecem o sentido coletivo do laço social.

Resumo

Este artigo, produzido no âmbito de uma pesquisa multicêntrica sobre saúde mental na universidade, decanta de fragmentos de falas de jovens universitários recolhidas por meio de rodas de conversas bem como de reflexões produzidas pelas leituras relativas ao tema do estudo. Ainda que a ampliação no acesso à universidade tenha trazido novas perspectivas de futuro para jovens brasileiros, muitas dificuldades são apontadas por eles durante o percurso acadêmico e podem estar articuladas ao alto índice de sofrimento psíquico entre universitários, cuja expressão se apresenta nas estatísticas crescentes de suicídio e depressão. Na escrita, retomam-se alguns traços de colonialidade, relativos ao lugar social da universidade pública no País. Problematicam-se ainda os efeitos dos discursos neoliberais ao identificar a universidade como espaço de guerra civil.

Palavras-chave: universidade, neoliberalismo, saúde mental, psicanálise, juventude.

Abstract

This article, produced as part of a Multicentric Research on mental health at the university, decants from fragments of statements by young university students speeches collected through Conversation Circles, as well as reflections inspired by readings related to the study's theme. Although the expansion of access to university has brought new perspectives of future for young Brazilians, many difficulties are highlighted by them during their academic journey and may be linked to the high rate of psychological suffering among university students, which is expressed in the growing statistics on suicide and depression. . In the writing, we revisit certain traces of coloniality related to the social role of public universities in the country. We also problematize the effects of neoliberal discourses by identifying the university as a space of civil war.

Keywords: University, neoliberalism, mental health, psychoanalysis, youth.

Resumen

Este artículo, elaborado en el marco de una Investigación Multicéntrica sobre salud mental en la Universidad, se basa en fragmentos de discursos de jóvenes universitarios recopilados a través de Ruedas de Conversación, así como lecturas y reflexiones sobre el tema. Aunque la ampliación del acceso a la universidad haya traído nuevas perspectivas de futuro para los jóvenes brasileños, muchas dificultades son destacadas por ellos durante su trayectoria académica y pueden estar vinculadas al alto índice de sufrimiento psicológico entre los estudiantes universitarios, que se expresa en las crecientes estadísticas de suicidio y depresión.

En el escrito, revisitamos algunos rastros de colonialidad, relacionados con el lugar social de la universidad pública en el país y problematizamos los efectos de los discursos neoliberales al identificar la universidad como un espacio de guerra civil.

Palabras clave: Universidad, neoliberalismo, salud mental, psicoanálisis, juventud.

*De errar
O medo
De continuar
De parar
De tentar
Medo de morrer
Mas tenho medo de
Viver
Me sufoco em mim mesma
As vezes penso em me odiar
Por esse medo que
Nem culpa tenho de ter.
(Codinome, 2019)²*

Introdução

O adoecimento psíquico de jovens brasileiros tornou-se um espectro que ronda a comunidade acadêmica, especialmente, na esfera das universidades públicas. Tendo em vista o aumento nos índices de sofrimento psíquico da juventude brasileira, optamos por destacar neste escrito fragmentos de narrativas de universitários escutados em rodas de conversa, articulando tais falas às situações mapeadas por órgãos de saúde, nacionais e internacionais. Frente a esse contexto, argumentamos que se, por um lado, a convivência na comunidade acadêmica pode significar uma ampliação de perspectivas de mundo e inserção social para milhares de jovens que nela ingressam, por outro lado, em algumas situações, pode coincidir com uma experiência de sofrimento psíquico.

A *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural do(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior* (IFES), realizada no ano de 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – Andifes – (2019), aponta que 83,05% dos entrevistados relataram dificuldades emocionais em seus percursos acadêmicos. Os dados mostram que a ansiedade e o desânimo aparecem com maior frequência, seguidos pelas ideias de morte (10,8%) e de pensamento suicida (8,5%) – o suicídio é a segunda causa de morte de universitários. O relatório informa ainda que, relativamente à pesquisa anterior, realizada em 2014 também pela Andifes (2016), ocorreu um aumento nos índices de ideação suicida. A

² Poema escrito por um universitário, em uma das rodas de conversa com discentes participantes do projeto de extensão *Da escola à universidade: escutando o mal-estar*, desenvolvido na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – (Gageiro & Andrade, 2019).

Andifes aponta o suicídio como a segunda causa de morte entre jovens universitários – e, de modo geral, o suicídio é apontado como a quarta causa de morte considerando a juventude como um todo (World Health Organization [WHO], 2021). No cenário brasileiro, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) demonstrou que, em 2023, o suicídio foi a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos e a quarta causa entre jovens de 20 a 29 anos (Ministério da Saúde, 2024). Em publicações como as que viemos de citar, o nível educacional, ou seja, a menor escolaridade, é apontado como um fator de risco às mortes autoprovocadas, visto que esse fator modula outros, como informações e acesso à saúde física e mental e baixa remuneração para jovens trabalhadores de pouca escolarização – e, como possível consequência, as restrições de recursos e a vulnerabilidade social.

Uma das questões que recortamos como possível condição de agravamento de sofrimento nas universidades está associada às novas formas de ingresso, seja pela mobilidade social e geográfica propiciada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), seja pelas políticas de inclusão e permanência que atendem especialmente à população de baixa renda, aos negros e aos indígenas. A pesquisa realizada pela Andifes (2019) mostra que as dificuldades emocionais estão associadas às dificuldades financeiras, à carga excessiva de trabalhos acadêmicos e ao tempo de deslocamento para a universidade. No espectro dos impasses que mais afetam o desempenho acadêmico estão as intolerâncias, as discriminações e os preconceitos. Possivelmente, todas essas variáveis participam, em alguma medida, das altas taxas de evasão universitária que têm aparecido também nas pesquisas. Segundo o relatório, entre os discentes das IFES, mais da metade (52,8%) já pensou em abandonar seus estudos, relatando dificuldades financeiras (32,8 %), alto grau de exigência acadêmica (29,7%), dificuldades para conciliar estudo e trabalho (23,6%) e problemas de saúde (21,2%) dentre as causas prevalentes (Andifes, 2019). De fato, como consta ainda no relatório, há uma clara associação entre os maiores riscos de evasão e a faixa de renda familiar mensal, especialmente entre aqueles que possuem renda de até um salário-mínimo e meio (54,4%).

Além da juventude brasileira, estudos da WHO indicam que há uma alta prevalência de problemas de saúde mental entre universitários de diferentes países. Uma das pesquisas da WHO apontou que 35% dos jovens acadêmicos do mundo inteiro apresentam sintomas de ansiedade ou depressão (Alvarez, 2023). Sabemos que existe uma conjunção de fatores que

contribuem para o fenômeno, pois se trata de um momento crítico da vida. Nesse diapasão, não podemos dispensar a discussão sobre a contribuição das instituições de Ensino Superior para a prevenção da problemática.

Balanzá-Martínez, psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Valência, coordenou um estudo realizado em 2022, com estudantes de graduação e pós-graduação de 5 grandes universidades públicas e privadas da Espanha (Alvarez, 2023). Nesse estudo, os acadêmicos responderam a um questionário que incluiu perguntas sobre sintomas de depressão, ansiedade, ideias suicidas, insônia, abuso de álcool e drogas, além de variáveis sociodemográficas. Segundo o pesquisador, o estudo, que contou com 1,7 milhão de estudantes, constatou que 1 em cada 3 estudantes teve, ao menos, 1 episódio que demandou algum cuidado relativo à saúde mental nos últimos 12 meses. É nessa direção que nos perguntamos: o que vem motivando o aumento de sofrimento psíquico de discentes e docentes ao longo da última década?

Antes mesmo da pandemia de Covid-19, havia previsões sobre uma possível epidemia de problemáticas ligadas às questões de saúde mental no Brasil, atingindo, sobretudo, a parcela mais jovem da população – situação que teria se agravado com o confinamento forçado e a sequência de uma série de mortes assistidas pela população. Para termos uma ideia mais atual do problema, no Brasil, no *Mental Health Atlas* de 2017 (WHO, 2018) estima-se um contingente de 18,6 milhões de brasileiros diagnosticados com ansiedade e 11,5 milhões com depressão. Além disso, somos o líder de tais diagnósticos na América Latina e o segundo país nas Américas, atrás somente dos Estados Unidos, que têm 19 milhões de depressivos. Se olharmos a juventude brasileira, constatamos que a expressão do adoecimento mental tem crescido e se manifestado por meio de altas taxas de suicídios e tentativas de mortes autoprovocadas.

Frente a esse contexto, um grupo de docentes, pesquisadores de universidades públicas do Brasil, da Argentina e da França, decidiu examinar de perto o modo como o sofrimento psíquico se faz presente nas universidades, por intermédio da construção do projeto multicêntrico “Psicanálise e saúde mental na Universidade: políticas de vida, escuta e sobrevivência psíquica em tempos sombrios”. O projeto problematiza inquietações compartilhadas acerca do tema do mal-estar nas universidades públicas e no laço social atual, especialmente, nos aspectos relativos às práticas neoliberais no contexto sociopolítico brasileiro dos últimos anos. Somado a isso, a pesquisa configura-se como produto de um trabalho

integrado entre diversos Laboratórios de Pesquisas³, situados nas diferentes universidades públicas dos três países envolvidos (Brasil, Argentina e França).

Este artigo é um dos produtos da pesquisa multicêntrica, na qual foram realizadas rodas de conversa⁴ acerca do tema do mal-estar com jovens universitários da UFF. O desenvolvimento da escrita – articulada à revisão bibliográfica sobre o tema – foi centrado nas discussões dessas rodas. Sublinhamos que os desdobramentos das narrativas recolhidas, relativas especialmente às expressões de sofrimento, foram registrados nos diários de experiência⁵ e discutidos pelas pesquisadoras do NUPPEC-Eixo 3/UFRGS e do LAPSE/UFF ao longo do ano de 2022.

Entendemos que as universidades públicas, tanto estaduais quanto federais, têm particular importância no que diz respeito ao enfrentamento do tema do mal-estar, já que muitos desses episódios se dão, ou mesmo são identificados e compartilhados, no ambiente universitário. De todo modo, sabemos que os quadros de sofrimento e adoecimento mental não são restritos às universidades públicas, existem discentes e docentes de faculdades privadas que relatam problemas graves de saúde mental ao longo da vida acadêmica.

Em um cenário preocupante como esse, perguntamo-nos sobre as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que dele participam, na sociedade como um todo e nas universidades públicas de modo especial. Pensamos que a responsabilização individual sobre as causas do adoecimento tem produzido ainda mais sofrimento. Investigar o mal-estar da comunidade acadêmica e intervir nele implica em compreender a maneira como as recentes

³ Referimo-nos aos laços entre o Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura - Eixo Psicanálise, Educação, Intervenções Sociopolíticas e Teoria Crítica (NUPPEC-Eixo 3) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política da Universidade de São Paulo (PSOPOL/USP); o Diretório de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Laço Social da UFF (LAPSE/UFF); o Laboratório de Pesquisas em Ensino de Filosofia da Universidade Federal do ABC (LAPEFIL/UFABC); e as seguintes Redes: o GT Psicanálise e Educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), a Rede Universitária Internacional de Estudos em Educação e Psicanálise (RUEPSY) e a Rede Internacional de Pesquisa Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (Gena).

⁴ As rodas de conversas, realizadas na perspectiva da pesquisa-intervenção, ocorreram no âmbito do projeto de extensão *Da escola à universidade: escutando o mal-estar* (Gageiro & Andrade, 2019). Sublinhamos que tais rodas não são filiadas a uma perspectiva experimental, que costuma ter como meta alterar o que se constitui inicialmente problema para o grupo. Nas rodas que realizamos, a partir da psicanálise, o pesquisador escuta as falas emergentes no coletivo dos participantes sem a pretensão de notar algo específico, mas na direção de criar condições para que os diferentes sentidos possam se apresentar nas narrativas (Strzykowski & Gurski, 2020).

⁵ Os diários de experiência constituem um dispositivo de registro da experiência de pesquisa forjado em meio às investigações e intervenções do NUPPEC-Eixo 3. Trata-se de um “compilado escrito pelo pesquisador-psicanalista acerca de suas vivências, experiências e reflexões em suas atividades de pesquisa” (Gurski, 2019, p. 181).

mudanças da sociedade brasileira interferem nos modos de subjetivação forjados no laço social, produzindo impactos no que se chama mal-estar na universidade.

A escolha da noção de mal-estar em psicanálise como modo de pensar os impasses nos laços vividos pelos jovens universitários não se configura apenas como o empréstimo de um termo utilizado por Freud (1930/1996), mas também como uma estratégia política que inclui reflexões sobre o laço social. No texto sobre mal-estar na cultura, Freud anuncia que, além de a vida em sociedade alcançar a sensação de segurança e pertencimento, somos confrontados ao mal-estar irreduzível à vida em sociedade. Portanto, para além das questões sintomáticas, o mal-estar abrange uma discussão mais ampla das problemáticas que compõem os laços sociais.

Diante de condições como as expostas anteriormente, o sofrimento psíquico de discentes também pode anteceder à entrada na universidade, não sendo pautado exclusivamente pela jornada acadêmica, mas sobretudo pela precariedade das condições de vida que impactam o acesso aos direitos básicos, como habitação, transporte, lazer, entre outros. Assim, ainda que as universidades venham se preparando para enfrentar os desafios colocados pela necessária democratização no acesso ao Ensino Superior, esbarram em questões sociopolíticas muito mais amplas, que exigem uma análise mais abrangente do mal-estar que nela se apresenta.

A atmosfera de demonização das universidades públicas por meio da redução dos investimentos em pesquisa e ciência, nos últimos quatro anos no Brasil, criou uma série de *fake news* que alimentaram o imaginário social, fragilizando o vigor das instituições universitárias. As narrativas construídas corroem as condições do trabalho docente e discente, produzindo o empobrecimento da função simbólica das produções acadêmicas no laço social. Nesse sentido, importa discutir amplamente as variáveis que compõem o adoecimento da comunidade universitária brasileira, pois tal adoecimento pode responder pelo amplo processo de demonização que as carreiras docentes, a pesquisa e a ciência vêm sofrendo.

Precisamos realizar um debate crítico sobre as condições e contradições que participam do lugar social que a universidade pública historicamente ocupa no Brasil, não somente no que se refere à construção de conhecimentos, mas também no que diz respeito à produção de novos futuros para os jovens e para o País. No escrito, buscamos, inicialmente, retomar algumas considerações sobre as possíveis raízes coloniais presentes, ainda hoje, no funcionamento das universidades brasileiras, passando aos argumentos do eixo central deste artigo, qual sejam, a

universidade como palco da guerra civil e seus efeitos no que se refere à saúde mental da comunidade acadêmica.

Breves considerações sobre colonialismo e colonialidade nas universidades brasileiras

O Ensino Superior no Brasil foi criado com forte intuito de fortalecer os laços coloniais. A primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, teve origem em 1920, por meio de um Decreto. A razão principal de seu surgimento teria sido a necessidade diplomática de conceder o título de Doutor Honoris Causa ao rei da Bélgica em visita ao País (Souza, 2012). Assim, desde sua fundação, a universidade brasileira apresentou-se como um lugar de produção de conhecimento sustentado na colonialidade de saber e de poder – espaço do qual outros saberes, afora o branco, estavam excluídos. Esse processo se derivou nos contornos do racismo e do sexismo na área do conhecimento acadêmico, tendo por base o eurocentrismo.

O eurocentrismo, segundo Said (1990), constitui-se em um estilo dominante do conhecimento, no qual a cultura europeia produziu e administrou conhecimentos de várias áreas, promovendo-os como um sistema de verdade sobre o outro. Isso se deu pela expansão da colonização e do imperialismo sobre outras culturas. Nesse sentido, o conhecimento acadêmico no País manteve-se sob a colonialidade de poderes na sociedade, reproduzindo-a mesmo no contexto pós-colonial. Para Quijano (2005), esse foi um modo firmado pelas elites brancas e mestiças que sustentavam as hierarquias raciais. Assim, a história simbólica que herdamos no âmbito do Ensino Superior foi a reprodução do domínio e controle colonial, favorecendo os interesses das elites brancas escravocratas.

Essa elite intelectual branca, predominante nas universidades brasileiras, buscava a autonomia de pensamento. Entretanto, tal autonomia permaneceu colonizada tanto pela hegemonia das teorias europeias étnico-raciais quanto pela colonização epistemológica dos saberes que acabaram também por sustentar a constituição do racismo estrutural no País e a valorização das políticas de branqueamento, sustentadas em convicções, que se pretendiam científicas, sobre a suposta superioridade dos brancos europeus e, consequentemente, a inferioridade dos povos negros e indígenas. Silva (2018) destaca: “Apesar da independência administrativa da colonização portuguesa importávamos outras colonizações, formando o

nosso contexto de colonialidades, especialmente epistemológicas, nos produzindo como sombra da Europa e nos afirmando como seu outro” (p. 236).

A ideologia da superioridade racial europeia ganhou força pela reprodução dos intelectuais e acadêmicos do século XIX, cujas marcas se fazem presentes até hoje na cultura nacional e nas universidades, gerando impasses sociais e políticos, tais como a dificuldade no acolhimento da diversidade cultural e da produção de conhecimentos acadêmicos. As teses sobre a democracia racial, sustentadas por muitos intelectuais do início do século XX, produziram o efeito de um apagamento das relações conflitivas entre negros e brancos no Brasil. A experiência da violência, sem o devido reconhecimento simbólico, retirou a possibilidade de sua elaboração.

Segundo Figueiredo e Grosfoguel (2007), o tema das relações raciais de negros e indígenas sempre foi objeto de conhecimento estudado por antropólogos e sociólogos brancos. Em relação à produção do conhecimento acadêmico, sublinhamos que a epistemologia eurocêntrica sempre predominou, encobrindo as hierarquias de poder racial, nas quais a produção de pesquisadores negros era rechaçada. Os autores sublinham ainda que a marginalização da produção intelectual e a exclusão de profissionais negros, nos espaços universitários, eram encobertas pela negação do racismo.

No contexto atual das universidades, ainda estamos sob forte influência da herança colonial deixada por três séculos de escravidão. Mignolo (2005) destaca que a colonialidade se estendeu como expressão da estrutura de relações de poder. O autor faz uma distinção entre o colonialismo como a abordagem do período histórico e os colonialismos e colonialidades atuais. Compreendemos que mesmo com os Movimentos Negros avançando em suas reivindicações, construindo um processo político cuja finalidade é pressionar o Estado a responsabilizar-se pela elaboração e sustentação de políticas promotoras de igualdade racial, ainda sofremos os efeitos citados anteriormente. De todo modo, sublinhamos que, a partir dos anos 2000, tivemos uma tentativa de nova configuração do Estado, na qual encontramos espaços estratégicos de busca de direitos continuamente negados à população negra no que se refere ao acesso à formação de nível superior (Silva, 2018).

Mesmo assim, é possível observar o surgimento de narrativas e expressões de racismo que fazem frente à implantação de políticas públicas educacionais no Ensino Superior. Posições

essas contrárias às políticas afirmativas que visam à reparação de injustiças sociais históricas no que se refere à inclusão de negros e indígenas nas universidades públicas, mantendo a crença no mito de raças superiores e inferiores. Exemplos dessas manifestações aparecem nos trotes, na recepção de calouros, em que predominam práticas sexistas e racistas, em meio aos discursos de ódio. Outros exemplos dizem respeito à reprodução, pela própria comunidade universitária, do racismo acadêmico, materializado nos estereótipos e estigmas em relação aos estudantes negros.

Essa violência e essa criminalização, nos espaços universitários, também se fazem presentes por meio do racismo epistêmico, o que contribui para o mal-estar e o sofrimento psíquico de estudantes e professores nas universidades brasileiras. Pinheiro (2023) destaca a importância de intelectualizarmos pessoas negras, ou seja, além de apresentar referências teóricas de intelectuais negros e negras, é preciso que as pessoas negras com letramento racial ocupem o espaço acadêmico. A autora ressalta que essa é uma importante estratégia antirracista, pois viabiliza a criação de um ambiente representativo e diverso. Isso acontece porque há uma lógica necropolítica de “deixar morrer” que se expressa pelo silenciamento e invisibilidade de negros e indígenas nas universidades – mantendo o que temos compreendido como um estado de “guerra civil” (Dardot et al., 2021).

Ainda que, nos últimos anos, algumas políticas tenham buscado reparar desigualdades sociais históricas por meio de novas formas de ingresso e permanência na universidade, observamos que a história da universidade no Brasil é marcada pela reprodução da lógica colonialista que perpetua a situação de desigualdade social e carrega as marcas de um legado institucional autoritário, racista e colonial. Resta-nos pensar de que forma a entrada do neoliberalismo no País reativa a disputa entre colonialismos e decolonialismos no âmbito da educação.

Não podemos negligenciar o fato de que o neoliberalismo atinge fortemente os valores democráticos, e no sul global seus efeitos são mais complexos pela fragilidade das democracias. De todo modo, a abertura para a alteridade não é sem resistências. Vejamos como o discurso e as práticas neoliberais impactam o laço social e as relações nas universidades para pensarmos em novas frestas para velhos impasses.

Discurso neoliberal e laços sociais nas universidades

Em artigo recente, no jornal *Folha de SP*, Minhoto et al. (2023), coordenadores do SOU Ciência, a partir da pergunta “O Brasil precisa de Universidades públicas?” explicitam uma realidade pouco conhecida. Segundo eles, o Estado brasileiro financia boa parte das faculdades privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior (Censup)⁶ de 2021, foram financiadas pelo governo federal um total de 2.646.403 matrículas nessas instituições, ou seja, o investimento público nas faculdades privadas representa algo em torno de 38,3% das matrículas do setor (Inep, 2022).

Minhoto et al. (2023) argumentam que por mais que se amplie o acesso ao Ensino Superior, por meio desses financiamentos, a qualidade de formação é muito diferente nas universidades públicas. Sobretudo, porque as universidades públicas brasileiras são as responsáveis pela maior parte da produção científica, tecnológica e cultural do País. Sem elas, a educação superior ficaria restrita a um segmento de instituições privadas que, em sua maioria, tratam o setor educacional como um negócio, explorando-o apenas como uma fonte de lucro. Além disso, não investem na pesquisa e na inovação e não estabelecem relações significativas com as demandas comunitárias por meio do trabalho extensionista.

A partir das reformas neoliberais, realizadas durante a década de 1990 no Brasil, uma nova forma de gestão da educação se instalou, assemelhando-se muito a um modelo de gestão empresarial cujas características são a busca incessante pela eficiência, a premiação por resultados e o incentivo à concorrência que vem se impondo tanto no âmbito da educação escolar quanto nas universidades (Maia et al., 2015). Paralelamente a essas reformas que implicam em maior participação de empresas, bancos e organismos regulatórios financeiros na tomada de decisões de políticas públicas em educação, ocorreram avanços significativos por parte dos movimentos sociais brasileiros (Gonçalves & Silva, 2000).

Por isso, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, intensificou-se o debate sobre a educação na estrutura social e econômica do País. Nessa direção, o Movimento Negro, por meio de suas variadas organizações, teve papel fundamental na consolidação das discussões públicas e midiáticas sobre a discriminação racial no Brasil. Desde então, uma série de programas

⁶ O Censup é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

e políticas públicas têm sido adotadas para ampliar e facilitar o acesso ao Ensino Superior, especialmente às populações menos favorecidas – econômica, social e geograficamente. Ações no âmbito federal foram adotadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁷.

A *Lei n.º 12711, de 29 de agosto de 2012* (2012) – Lei de Cotas –, responsável por alterar o perfil dos estudantes nas universidades e nos institutos federais, completou 10 anos em 2022. De 2013 a 2019, a variação percentual de estudantes pretos, pardos, indígenas e de baixa renda vindos de escolas públicas teve aumento de 205% (Heringer & Carreira, 2022). Quanto aos docentes, o Censup de 2021 (Inep, 2022) apresenta o aumento da representação da população negra entre os professores universitários nos últimos anos. Atualmente, os negros (pretos e pardos) respondem por 24,1% das vagas de docentes no Ensino Superior, evidenciando que os avanços decorrentes da combinação de fatores como a instituição da Lei de Cotas nos concursos públicos em 2008 e o lançamento do Reuni começam a apresentar bons resultados. No entanto, é preciso reconhecer que o crescimento dessa representatividade ainda é lento para um país onde os negros representam a maioria da população.

As ações afirmativas nas universidades tornaram as instituições de Ensino Superior mais diversas e possibilitaram para muitos e muitas jovens outras formas de inserção e organização social, tais como os coletivos que se formaram entre a população discente. Esses movimentos passaram a ocupar uma função protetiva na vida de estudantes que, frequentemente, associam sua possibilidade de permanência na universidade ao pertencimento a esses grupos. Por outro lado, as mudanças no perfil dos estudantes nos últimos anos têm convocado a universidade a “olhar dentro de si e a identificar os inúmeros processos, sutis ou não, de exclusão contidos em seu funcionamento, processos que, na prática, passavam despercebidos pela elite econômica branca que a frequentava” (Feres et al., 2018).

A estrutura institucional das IFES tem procurado atender às novas demandas que se apresentam por meio de diversas formas de bolsas, auxílios e serviços de atendimento em saúde e saúde mental. A partir de dados preliminares da pesquisa multicêntrica mencionada anteriormente, que mapeou as respostas institucionais às demandas desse novo público direta

⁷ O Reuni foi iniciado em 2007.

ou indiretamente ligadas à saúde mental, podemos ter uma visão abrangente sobre os mecanismos de acolhimento, assistência e permanência estudantil nas universidades brasileiras.

Foram aplicados questionários a 16 universidades brasileiras, participantes do projeto ou parceiras, com dados que correspondem aos anos de 2018 a 2022. As questões abordadas foram relativas a temas como auxílios estudantis, programas de atendimento em saúde mental, parcerias institucionais com a rede pública de saúde ou com projetos de extensão, índices de busca por atendimentos e principais queixas relatadas pelos discentes. A partir das respostas obtidas, constatamos a presença crescente de serviços de atendimento em saúde mental nas universidades bem como de políticas de acolhimento específicas para determinados grupos – como estudantes cotistas, afrodescendentes, indígenas, pessoas trans e indivíduos com deficiência –, que, no entanto, ainda não são capazes de atender à demanda real e se mostram desiguais entre as universidades analisadas.

A estruturação de serviços de atendimento, o monitoramento dos fatores de risco e a implementação de políticas inclusivas foram medidas essenciais para que os estudantes tivessem acesso não apenas à educação superior, mas também a um ambiente favorável ao seu bem-estar psicológico e social. Sublinhamos, entretanto, que o movimento de abertura da universidade por meio do Reuni e das políticas de ações afirmativas não foi suficientemente sustentado por políticas de apoio ao acesso e à permanência dos novos ingressantes. Pelo contrário, com o passar dos anos, a universidade pública foi sofrendo sucessivas precarizações de recursos destinados à educação superior e à assistência estudantil.

Importa destacar que a ampliação do acesso ao Ensino Superior vem sendo construída em meio à invasão do neoliberalismo no campo da educação superior. A perspectiva neoliberal, além de introduzir a lógica de mercado via reformas administrativas que enfatizam a concorrência, a produtividade e a meritocracia, tem sido responsável pela financeirização dos laços e por esvaziar a dimensão da política na formação dos estudantes. Dardot e Laval (2016) interpretam o capitalismo contemporâneo pela via de uma racionalidade neoliberal que vem se impondo como uma nova razão do mundo. Assim são produzidas mudanças estruturais significativas em todas as esferas sociais, deslocando os sujeitos para uma competição mortífera que ocorre a partir do incentivo a que cada um seja uma espécie de empreendedor de si mesmo, produzindo novas formas de subjetividade e introduzindo uma concepção de “racionalização do desejo” (Dardot & Laval, 2016).

Somam-se a isso as transformações nos laços interpessoais com a lógica de valorização ou desvalorização de si. Com suas práticas sustentadas na individualização, na competitividade e nas desigualdades sociais, o neoliberalismo reconfigura o modo de ser e de estar das pessoas. Tal racionalidade modifica o laço social, incidindo na origem de novos sintomas sociais: a depressão e a patologia da insuficiência, já que o fracasso na produtividade e no desempenho das tarefas tornam-se patologias individualizadas (Dardot & Laval, 2016; Kehl, 2015).

Assistimos a uma tal despolitização do laço social e das práticas educativas que acaba por se operar uma redução da capacidade do sujeito em sonhar e, ao sonhar, renovar a si mesmo e ao mundo. Essa redução produz o que Fisher (2020) chama de epidemia privada de sofrimento, cujo efeito é a individualização da angústia, que leva muitos jovens brasileiros a quadros graves de depressão e, não raro, a tentativas de suicídio. Nesse contexto, precisamos pensar no modo como refundar a capacidade de sonhar com a possibilidade de transformar mundos (Gurski & Lo Bianco, 2023).

Fisher (2020) relembra, a partir de Fredric Jameson, que um dos adoecimentos contemporâneos mais significativos tem sido a noção de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. O realismo capitalista impregna a sociedade com a sensação de que o liberalismo é a única saída possível, o resto seria ilusão e utopia. A atmosfera do realismo capitalista é tão abrangente no que se refere ao empobrecimento da cultura e da imaginação que, em vez da sensação de um fim de história, sentimos apenas um lento cancelamento do futuro (Gurski, 2023b).

Nas análises agudas que Fisher fez em vida, ele destacou dois pontos importantes relativos à dimensão coletiva do adoecimento psíquico: os efeitos do capitalismo neoliberal para a saúde mental, quer dizer, a dimensão sociopolítica do sofrimento; e aquilo que ele chamou de encurtamento da imaginação cultural e política (Gurski, 2023a). Tais questões estão relacionadas também ao que ele denominou de decomposição da coletividade e de ausência da instrumentalização da libido para propósitos políticos (Fisher, 2020).

Entendemos que precisamos, de fato, avançar na construção de um pensamento sobre as variáveis sociopolíticas que participam do aparente quadro de adoecimento psíquico da juventude atual. Para analisarmos a situação com a devida complexidade, precisamos problematizar e discutir os efeitos do empobrecimento da dimensão coletiva e política na

formação social e educacional bem como as relações entre as práticas do capitalismo tardio, a burocratização da vida e o aumento considerável das problemáticas em saúde mental (Gurski, 2023c).

Nesse cenário, partimos da premissa de que os conflitos sociais, raciais e culturais históricos presentes desde a fundação do País são reproduzidos nas práticas do cotidiano das universidades brasileiras. Presentemente, essa conflitiva se atualiza em uma perversa articulação entre as práticas neoliberais, o passado escravagista e a conhecida colonialidade do pensamento nacional. Assim, queremos compreender de que forma tal processo tem se dado, considerando a necessidade de uma perspectiva decolonial para combater a enorme segregação que alguns grupos ainda sofrem no laço social e no âmbito das universidades brasileiras.

É justamente por essa via que o presente artigo pretende analisar em que medida as universidades brasileiras se transformaram em uma espécie de palco da guerra civil promovida pelas premissas do neoliberalismo e do realismo capitalista (Dardot & Laval, 2016; Fisher, 2020). As competições e disputas que ocorrem, desde o ingresso na universidade, promovem um clima bastante nocivo, salientando ainda mais as desigualdades e produzindo muito sofrimento psíquico.

Sob esse prisma, ao invés de melhor amigo, é construída a figura do “melhor inimigo” (*frenemy*)⁸, aspecto fundamental do clima de guerra civil, ou ainda dos laços fascistas, pois são os sujeitos mais próximos que se tornam os mais perigosos. Diante de conflitos que esgarçam as relações, criam-se condições que trabalham na direção do esfacelamento da dimensão coletiva dos laços, criando o antilaço.

Deriva desse mecanismo a ideia da guerra civil – mais precisamente, uma guerra civil travada no laço social do *locus* universitário, no caso deste trabalho. Já referimos que as universidades públicas foram amplamente questionadas e atacadas por discursos conservadores por constituírem espaços de formação de cidadãos críticos e criativos, espaços nos quais se privilegia a coletividade. Enquanto isso, os discursos hegemônicos, por sua vez, buscam implodir a dimensão coletiva da esfera social, erodindo os laços coletivos e incentivando as práticas individualistas.

⁸ “*Frenemy*” na língua inglesa é um oxímoro, junção de “amigo” e “inimigo”. Ao que tudo indica a palavra apareceu oficialmente em 1977 com a escritora inglesa Jessica Mitford.

Podemos aproximar essa ideia daquilo que Freud (1930/1996), quando fala sobre a agressão direcionada ao semelhante, ao vizinho, vai intitular de narcisismo das pequenas diferenças. Essa noção se desenrola refletindo uma inclinação à agressividade perante um povo intruso ou à criação de conflitos constantes tensionados na direção do próximo. Da mesma forma, desdobram-se as atitudes políticas de exceção, isso pois o neoliberalismo ocupa um lugar hegemônico para os movimentos de segregação, racismo, desigualdade e violência, em que a alteridade não tem lugar a não ser como aquilo que ameaça. Com isso, esvazia-se a possibilidade dos laços sociais fraternos, fundados a partir do desamparo como condição para o pacto social democrático em uma leitura freudiana.

Como podemos perceber, as ameaças da universidade ao poder vigente iniciam-se com o seu próprio surgimento, pois, ainda que, no início, o acesso a ela tenha sido um privilégio dos filhos da nobreza e estendido a uma elite econômica, sua função não ficou restrita ao atendimento desses interesses. Atualmente, diante da expansão do acesso, da financeirização dos laços e da neoliberalização dos discursos, os ataques se atualizam e se intensificam com governos extremistas, tensionando as questões: qual o lugar da universidade? Qual o papel dela? Como a universidade produz e reproduz as reverberações do contexto sociopolítico contemporâneo?

A universidade como campo de guerra civil

A política de cotas para negros e indígenas, ao visar uma reparação histórica às populações originárias marginalizadas, traz à tona conflitualidades recalcadas na história da sociedade brasileira, conflitos que retornam sob formas violentas de racismo, sexismo e por meio da estrutura patriarcal que ainda orienta fortemente as relações sociais no Brasil. É dessa forma que o velho pacto colonial se atualiza no campo da universidade e se alia à gestão neoliberal de controle da sociedade.

A racionalidade neoliberal destitui e impede o acesso aos meios de luta verdadeiramente democráticos, reforçando o ataque à própria sociabilidade e às diversas formas de solidariedade que estão na base da política. Segundo Foucault (2015/1973), em *A sociedade punitiva: curso no Collège de France*, a política, longe de pôr fim à guerra, é, ela mesma, a continuação da guerra civil. Dardot et al. (2021) chamam a atenção para o fato de que, no neoliberalismo, a guerra civil não

ameaça o poder pelo lado de fora, pelo contrário, ela o habita, permeia e investe em “uma matriz em cujo interior os elementos do poder atuam, reativam-se, dissociam-se” (p. 29).

A partir da compreensão dessa lógica, podemos pensar no modo como a política de cotas acabou por produzir a figura do “inimigo interno” (Dardot et al., 2021) à universidade e à sociedade. Não é incomum ouvirmos queixas de sujeitos que pertencem às chamadas elites brasileiras a respeito das cotas, com argumentos que repousam na queda do nível de excelência dos novos ingressantes assim como na diminuição das vagas disponíveis para os jovens da elite. No entanto, sabemos, a partir de diversas pesquisas (Silva, 2022), que esse argumento não se sustenta, já que, mesmo entre os ingressantes por cotas, a disputa pelo ingresso em uma universidade pública é acirrada e seu desempenho acadêmico, muitas vezes, supera o de ampla concorrência.

Desse modo, mesmo as lutas identitárias, baseadas no discurso sobre liberdades e diferenças – cuja pertinência é indiscutível –, muitas vezes, acabam por acirrar tensões e obscurecer as lutas comuns, o senso de igualdade e solidariedade. Evocamos aqui a experiência das ocupações de escolas e universidades, em 2016, por conta da PEC 241 e pela defesa de uma educação pública e de qualidade para todos e todas, sobre a qual trabalhamos anteriormente (Coutinho & Andrade, 2017). Naquele momento, nas ocupações das universidades não houve uma união tão consistente entre os universitários, como notamos com estudantes secundaristas. O Movimento dos alunos nas universidades se deu de forma mais fragmentada, seja entre os diversos cursos, seja entre os diversos movimentos sociais e partidários presentes entre os discentes, como foi observado pelos próprios estudantes (Aguiar, 2016).

Tais fragmentação e polarização voltaram a ficar evidentes nos períodos pré-eleitorais de 2018 e de 2022, refletindo os conflitos que também se impuseram no cenário social brasileiro fora das universidades (Gallego, 2018). Ora, quando ataques e reações se tornam hegemônicos é porque estão na contramão da construção do pensamento crítico que supostamente seria favorecido pelo ambiente acadêmico. É como se os dispositivos que condicionam uma guerra civil, um confronto fratricida, se instalassem no cerne da universidade: “A guerra civil contra a igualdade e em nome da ‘liberdade’ é sem dúvida uma das principais faces do neoliberalismo atual, considerado pelo ângulo da estratégia” (Dardot et al., 2021, p. 27).

A universidade torna-se, então, um território de disputas, agora, abertas e evidenciadas. Disputas no campo dos financiamentos, onde, por um lado, vige o discurso do produtivismo e, por outro, crescem as lutas coletivas pela preservação e conquista de direitos sociais das minorias que passam a compor o corpo discente e docente. Disputas epistemológicas, nas quais assistimos à tensão entre os colonialismos e os decolonialismos, presente tanto entre os modos de fazer pesquisa quanto nas teorias e nos saberes legitimados ou não pelo *status quo* acadêmico (Marques et al., 2022). E, finalmente, entre outras disputas, as classistas, sexistas, capacitistas e racistas que vão além do espaço universitário, mas que ali se concentram de modo intensificado.

Algumas pesquisas e publicações já sinalizam a presença do sofrimento em estudantes por ansiedade e exigências acadêmicas bem como pela insegurança financeira e social diante do desafio de concluir o curso para o qual ingressaram (Andifes, 2018; Maia, 2022; Santos, 2021; Silva, 2022). São frequentes as preocupações acerca das expectativas da família perante o desempenho dos novos ingressantes, que, muitas vezes, são os primeiros do núcleo familiar a cursarem o Ensino Superior.

Algumas dessas queixas puderam ser escutadas no âmbito do projeto de extensão anteriormente citado – *Da escola à universidade: escutando o mal-estar*⁹ –, que vem sendo desenvolvido desde 2019 na UFF/Niterói por meio de oficinas e rodas de conversa abertas aos estudantes de graduação e pós-graduação. Nas frases escritas e faladas pelos estudantes nesses espaços, os significantes “pressão” e “fracasso” aparecem constantemente, deslizando da pressão do ambiente acadêmico para a pressão familiar: “*Sinto ansiedade e mal-estar em relação a passar a viver novas experiências e fazer coisas que serei cobrada, inclusive a pressão familiar*” (E1¹⁰). “*Me sinto mal por não conseguir cumprir as metas da universidade, o não cumprimento das tarefas gera um sentimento de culpa e fracasso*” (E2).

Referem-se também à pressão interna que se reproduz em cada um: “*Tenho uma sensação constante de que eu irei falhar e estou falhando. Decepção constante comigo mesmo por não ser bom na maioria das coisas que eu me proponho a fazer*” (E3). “*Pressão pela entrada no mercado de trabalho, sentimento de competitividade com os colegas do curso, sentimento de instabilidade, pois você nunca estará apto suficiente*” (E4).

⁹ Projeto vinculado à pesquisa aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE n.º 20131119.6.0000.8160.

¹⁰ Utilizaremos a designação “E” seguida de um número para identificar as diferentes falas dos estudantes que participaram do projeto, sem identificá-los por meio de seus nomes próprios.

Em uma das rodas de conversas, oferecidas em 2022, surgiram falas sobre o medo de não ser aceito no grupo. Um estudante mencionou a competição pelas poucas bolsas ofertadas, uma vez que, segundo ele, “*é uma briga para ver quem é mais pobre*” (E5). Tal competição, segundo o jovem, mostra o quanto a lógica do mercado adentrou os muros da universidade.

Uma doutoranda que estava presente em uma das rodas falou que se sente uma “fraude”, pois se enxerga como perdida em relação aos aprofundamentos teóricos demandados no doutorado. Uma estudante do curso de Letras entende que a posição de autossuficiência é sempre uma cobrança das pessoas e da própria universidade: “*estar sempre produtiva, alegre e otimista*” (E6). Um estudante do curso de matemática (E7) diz que se sente menos inteligente que os demais, pois não consegue tirar notas boas como no Ensino Médio. Fala sobre o absurdo de uma cena em que presenciou um professor falar que fica orgulhoso em reprovar muitos alunos. Aproveitando o ensejo, seu colega de curso comenta que os professores são muito frios, principalmente, os de “exatas” (E8). Todavia, fala da pouca colaboração entre os estudantes e que é raro “*quando alguns têm a audácia de se juntar com aqueles que têm dificuldades e ajudar*” (E9). Observamos, nessa roda, o quanto os laços sociais estão esgarçados no território acadêmico, sejam os laços entre professores e alunos, sejam os laços solidários e horizontais entre os próprios estudantes.

Voltamos aqui à lógica neoliberal aliada à ascensão dos discursos científicos naturalizantes como centrais na produção e gestão de um determinado modo de sofrer (Safatle et al., 2021). Tal modo se dá sob um regime de ataque às diversas formas de solidariedade e que, em última instância, tem como efeito o apagamento da dimensão alteritária (Birman, 2012).

Nesse sentido, um dos aspectos que entendemos dificultar a elaboração do sofrimento dos jovens atuais é a despolitização do laço social. Na medida em que as angústias são vividas de forma privatizada, associada a desequilíbrios químicos ou, ainda, a problemas individuais, resta excluída a dimensão social, sistêmica e política do sofrimento dos jovens. Tal modo de sofrimento leva ao esvaziamento das práticas políticas de resistência que passam pela identificação de fatores externos e sociais, em prol da prevalência do sentimento constante de insuficiência e impotência. Sobre isso, Dunker (2021) comenta:

Esta nova narrativa de sofrimento individualiza o fracasso, na forma de culpa, sem interiorizá-lo na forma de conflitos. Com isso, ela consegue isolar completamente a dimensão política das determinações objetivas que atacam nossas formas de vida, redimensionando trabalho, linguagem e desejo, do sofrimento psíquico. (p. 190)

A gestão do sofrimento psíquico pela dominação neoliberal modifica totalmente as regras, os temas e os lugares do enfrentamento, produzindo uma “colonização interna” de cada país ou instituição (Dardot et al., 2021) pela via do familiarismo e dos discursos moralizantes que atingem em cheio a ciência, as artes e os laços sociais. Na defesa do capital global, os Estados desviam as aspirações por igualdade e justiça social em nome de motivações e afetos em direção ao combate aos inimigos internos e externos, qual sejam, as minorias inconvenientes, os grupos que ameaçam as identidades dominantes e as hierarquias tradicionais.

De fato, podemos notar a presença de ataques às universidades, não só no universo social mais amplo como também nos conflitos internos e na presença de violência política, que reproduzem a guerra civil no interior mesmo do território universitário. Seja através do preconceito e rechaço às minorias recém-chegadas, seja no que diz respeito ao confronto entre posições políticas polarizadas, como aparece, inclusive, no discurso dos estudantes: *“Por que me tratam diferente em certas situações? ... porque me olham estranho quando venho de chinelo para a universidade, enquanto que meus amigos brancos de chinelo não recebem tais olhares?”* (E10). *“Coisas que me incomodam na universidade são o ódio, em especial nas frases pichadas pelo campus, a intolerância nas conversas, o posicionamento único por parte de docentes”* (E11). *“Estar na universidade é resistir e ocupar um lugar que não está acostumado com o meu corpo”* (frase anônima escrita em um mural coletivo, abril de 2022).

Nesse contexto, interrogamos de que forma a psicanálise, como uma teoria crítica, em diálogo com o campo da educação e da política, pode contribuir com uma melhor compressão dos sintomas sociais que se apresentam no que estamos chamando de sofrimento psíquico e, em especial, na onda de aumento de suicídios e depressões entre jovens universitários (Gurski & Lo Bianco, 2023). Uma de nossas principais premissas, nas interlocuções que travamos com o campo da Educação, tem sido, justamente, mostrar que a psicanálise não é só uma terapêutica, isto é, seu corpo teórico-metodológico não limita sua intervenção e seus efeitos ao âmbito individual. Ao longo de sua história, a psicanálise tornou-se um patrimônio da cultura que nos ajuda a pensar, de modo crítico e subversivo, as problematizações do laço social.

Dunker (2021) identifica como um sofrimento de caráter predominantemente depressivo quando o indivíduo se retrai sobre si, tornando-se alvo de auto-ataques, sem conseguir ter uma posição ativa de crítica dos discursos sociais dos quais é vítima. Ora, não seria justamente o retorno dessa melancolização, que se produz em meio às condições neoliberais, o que se apresenta na forma de mortes autoprovocadas pelos jovens atuais?

Considerações finais

Nas discussões iniciais da pesquisa, salientamos a presença do racismo estrutural como causa de problemas sociais há pelo menos 300 anos. O racismo desumaniza negros e outros grupos minorizados e constitui nossas instituições como lugares majoritariamente brancos; precisamos admitir que, com as universidades, não foi diferente.

Tais condições vão a contrapelo de qualquer utopia democrática porque uma democracia se constitui a partir da premissa de que todos possuem um mesmo *status* perante a lei, a justiça e o Estado. Nesse sentido, a desumanização e a não inclusão de alguns grupos sociais na vida civil do País sempre dificultaram a construção de uma cultura pública realmente democrática, impossibilitando o gozo do respeito social como bem público de todos e todas (Gurski, 2023c).

No contexto recente do Brasil, além da colonialidade secular e do mergulho em um cenário condicionado pelo ritmo do capitalismo neoliberal contemporâneo, vimos o incremento de ataques intensos às pautas educacionais, aos direitos humanos, a grupos minorizados e à democracia com uma virulência especialmente dirigida à vida intelectual, acadêmica e política.

Foi em meio a esse caldeirão de tensões que a sociedade brasileira se viu autorizada e incentivada a demonizar a ciência, a pesquisa, a vida intelectual e acadêmica, resultando dessas incivildades um lastimável processo de erosão do lugar e da função simbólica das universidades públicas no laço social. Além de tal erosão, as políticas estudantis e sociais dirigidas aos jovens também minguaram. Desde 2017, muitos estudantes de vidas precárias assistem ao desmonte de políticas que, por alguns anos, fomentaram seus sonhos de inclusão (Gurski, 2023c).

Logo, afora a dificuldade histórica de conviver com as diversidades no ambiente acadêmico, preocupamo-nos com os números crescentes de suicídios de discentes, assim como

com o contínuo aumento de vagas remanescentes e evasões de matrículas nas universidades públicas, preocupações essas que nos levaram à compreensão de que existem questões, nesse contexto, que precisam ser mais bem escutadas.

Ora, não se podem negligenciar os efeitos nocivos que se produzem para os jovens, quando o lugar da universidade, como espaço no qual sonhos e utopias se materializam, fica em xeque. Atualmente, lidamos com o lento cancelamento do futuro, questão que impacta e condiciona os modos de adoecimento da juventude (Fisher, 2020). É por esse viés que trazemos para dialogar com outros saberes a perspectiva da psicanálise, implicada com a dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico. Ou seja, há uma dimensão clínico-política da psicanálise que pode contribuir com reflexões necessárias sobre o sofrimento psíquico na vida acadêmica.

Isso importa porque, conforme anteriormente discutido, as taxas de morte autoprovocadas por jovens brasileiros já se transformaram em um problema de saúde pública. Como anteriormente referido, enquanto as estatísticas mundiais, dos últimos 20 anos, apontam para a diminuição das mortes por suicídios, os números brasileiros mostram uma curva ascendente – tendência presente, aliás, em outros países do sul global. A partir disso, os dados do adoecimento psíquico precisam ainda ser verificados pela ótica da racialização. Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (2018), no ano de 2018, mostrou que o risco de um jovem negro, do sexo masculino, se suicidar, é 45% maior do que o de um jovem branco da mesma faixa etária cometer o mesmo ato. Ou seja, precisamos decolonizar discursos e práticas relativas às questões de saúde mental na universidade.

A escolha da educação como campo privilegiado de uma espécie de guerra civil que, segundo Dardot et al. (2021), seria incitada pelas práticas e discursos neoliberais deve ser enfrentada por meio do combate à estratégia neoliberal de despolitização do campo educacional e de privatização do sofrimento sociopolítico. Em um cenário de sobreposição de crises, temos compreendido que a dimensão política da imaginação se constrói, igualmente, por intermédio da instrumentalização da libido para fins políticos (Fisher, 2020). Em outras palavras, instrumentalizar a libido para fins políticos coloca-se como um ato a contrapelo do estímulo às condições de uma matriz de guerra civil nas interações sociais e acadêmicas.

Por fim, mas não menos importante, é preciso compreender que o sentido da vida para os jovens está sim associado à possibilidade de imaginar e sonhar com novos futuros. Nesse

sentido, nosso escrito encerra-se abrindo novas questões: de que forma as dificuldades com o tema do sentido da vida, cada vez mais presentes nos relatos dos adolescentes, podem ser compreendidas como produto da lógica neoliberal que opera uma espécie de redução espontânea de imaginação, sonhos e utopias para as novas gerações? O que a ausência da vontade de viver dos mais jovens revela sobre a escolha da educação, em especial, das universidades, como campo de guerra civil?¹¹

Referências

- Aguiar, T. (2016, 10 de junho). Ocupação na faculdade não é a mesma coisa. *Jornal do Campus*. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/06/ocupacao-na-faculdade-nao-e-a-mesma-coisa/>
- Alvarez, L. (2023, 03 de fevereiro). 35% dos estudantes têm problemas de saúde mental. *Revista Ensino Superior*, 272. <https://revistaensinosuperior.com.br/2023/02/03/35-dos-estudantes-tem-problemas-de-saude-mental>
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior. (2016). *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior. (2019). *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>
- Birman, J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade*. Civilização Brasileira.

¹¹ Essas interrogações fazem parte do Projeto de Produtividade de Pesquisa (CNPq, 307623/2023-8) intitulado “Adolescência, onirópolis e saúde mental: a escuta dos sonhos como produção de futuro em tempos de políticas de morte” (Gurski, 2023).

- Coutinho, L. G., & Andrade, C. B. (2017). O que as ocupações nos ensinam sobre a adolescência, o laço social e a educação? *ETD: Educação Temática Digital*, 19, 48–62. <https://doi.org/10.20396/etd.v19i0.8647736>
- Dardot, P., Guéguen, H., Laval, C., & Sauvêtre, P. (2021). *A escolha da guerra civil*. Elefante.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. Boitempo.
- Dunker, C. (2021). “A Hipótese Depressiva”. In V. Safatle, N. Silva, & Dunker, C. (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 177-214). Autêntica.
- Feres, J., Jr., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Eduerj. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>
- Figueiredo, A., & Grosfoguel, R. (2007). Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, 59(2), 36–41. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200016
- Fisher, M. (2020). *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Autonomia Literária.
- Foucault, M. (2015). A sociedade punitiva: curso no Collège de France. In *Coleção obras de Michel Foucault*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1972-1973)
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. 21* (pp. 75-254). Imago. (Trabalho original publicado em 1930 [1929])
- Gageiro, L., & Andrade, C. (2019). *Da escola à universidade: escutado o mal-estar* [Projeto de Extensão, Universidade Federal Fluminense].
- Gallego, E. S. (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.
- Gonçalves, L. A. O., & Silva, P. B. G. (2000). Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, (15), 134–158. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=es&tlng=pt

- Gurski, R. (2019). A escuta-*flânerie* como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. *Tempo psicanalítico*, 51(2), 166–194. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200009
- Gurski, R. (2023a, 01-03 de junho). *Que futuro o futuro tem? A escuta de adolescentes hoje* [Conferência]. 12.º Congresso Internacional da RUEPSY - Palavra de criança: diálogos e mal-entendidos entre Psicanálise e Educação, Université Paris 8, Paris, França.
- Gurski, R. (2023b, 16-17 de agosto). *Psicanálise, Educação, Sonhos e Políticas: como desacelerar o lento cancelamento do futuro?* [Conferência]. Colóquio Internacional de uma crise a outra: questões clínico-políticas atuais. Sujeito, grupo, instituição e social, IPUSP São Paulo, São Paulo.
- Gurski, R. (2023c, 15 de setembro). *Psicanálise, saúde mental e a dimensão sociopolítica do mal-estar na Universidade* [Debate]. I Encontro Internacional Psicanálise e Saúde Mental na Universidade: Políticas de vida, Escuta e Sobrevivência Psíquica em tempos sombrios, IPUSP São Paulo, São Paulo.
- Gurski, R., & Lo Bianco, A. (2023). A escola sob ataque e o lento cancelamento do futuro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4), 1560–1576. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.80443>
- Heringer, R., & Carreira, D. (2022). *Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros*. LEPES/UFRJ. https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/07/resumoexecutivo_OK.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas*. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf
- Kehl, M. (2015). *O tempo e o cão*. Boitempo.

Lei n.º 12711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Maia, E. (2022). *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: mal-estar nas universidades*. Ruptura.

Maia, O., Filho, Oliveira, D. K., Carmo, M., & Moraes, B. (2015). O empresariamento da educação: uma análise da reforma educacional da década de 1990. In J. Rabelo, S. Jimenez, & M. D. Mendes, Segundo (Orgs.), *O movimento de educação para todos e a crítica marxista* (pp. 87-102). Imprensa Universitária.

Marques, R., Galindo, D., & Oliveira, L. (Orgs.). (2022). *Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na universidade*. Editora UFRB.

Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

Minhoto, M. A., Smaili, S., & Arantes, P. (2023, 01 de setembro). O Brasil precisa de universidades públicas? *Jornal Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2023/09/o-brasil-precisa-de-universidades-publicas.shtml>

Ministério da Saúde. (2018). *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016*. <https://bit.ly/36R9ohV>

Ministério da Saúde. (2024). Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021. *Boletim Epidemiológico 2024*, 55, 1-10. <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf/view>

Palma, T. F., Teixeira, J. R. B., Bandini, M. C. D., Lucca, S. R., & Araújo, T. M. (2023). Quando a saída é a própria morte: suicídio entre trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(10). <https://doi.org/10.1590/1413-81232024291000922023>

Pinheiro, B. C. S. (2023). *Como ser um educador antirracista*. Planeta.

- Quijano, A. (2005). *Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina*.
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Safatle, V., Silva, N., Jr., & Dunker, C. (Orgs.). (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Said, E. W. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Santos, B. N. (2021). *O sofrimento psíquico do discente universitário: uma análise crítica* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás].
<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11550>
- Silva, A. G. (2022). *Políticas públicas, migração e narrativa: vivência acadêmica de estudantes cotistas de medicina da UFRJ-MACAÉ* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense].
- Silva, N. M. C. (2018). Universidade no Brasil: Colonialismo, Colonialidade e Descolonização numa perspectiva negra. *Revista Internacional Artes de Educar*, 3(3), 233-257.
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/29814>
- Souza, J. G. (2012). Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. *Revista de Educação*, 01, 42–43.
- Strzykalski, S., & Gurski, R. (2020). Adolescência e lampejos: a construção de políticas de “sobrevivência”. *Estilos da Clínica*, 25(1), 21–34.
- World Health Organization (WHO). (2018). *Mental Health Atlas 2017*.
<https://www.who.int/publications/i/item/9789241514019>
- World Health Organization (WHO). (2021). *Suicide worldwide in 2019*.
[\[https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643\]](https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643)

Notas

Dados da submissão:

Submetido à avaliação em 06 de novembro de 2023; revisado em 28 de maio de 2025; aprovado para publicação em 18 de julho de 2025.

Autor correspondente:

Gageiro Coutinho, Luciana - Gragoatá - Bloco D, Niterói, 24220-900, Brasil.

Contribuições de autoria:

Gageiro Coutinho, Luciana - Conceituação (Liderança), Aquisição de Financiamento (Liderança), Investigação (Liderança), Metodologia (Liderança), Administração do Projeto (Liderança), Supervisão (Liderança), Visualização (Liderança), Escrita – rascunho original (Igual), Escrita – análise e edição (Liderança).

Gurski, Rose - Conceituação (Liderança), Aquisição de Financiamento (Liderança), Investigação (Liderança), Metodologia (Liderança), Administração do Projeto (Liderança), Supervisão (Liderança), Visualização (Liderança), Escrita – rascunho original (Igual), Escrita – análise e edição (Liderança).

Wisniewski Schaly, Marcia Salete - Conceituação (Suporte), Aquisição de Financiamento (Suporte), Investigação (Suporte), Metodologia (Suporte), Administração do Projeto (Suporte), Supervisão (Suporte), Visualização (Suporte), Escrita – rascunho original (Liderança), Escrita – análise e edição (Suporte).

Ferreira de Oliveira, Bruna - Conceituação (Suporte), Aquisição de Financiamento (Suporte), Investigação (Suporte), Metodologia (Suporte), Administração do Projeto (Suporte), Supervisão (Suporte), Visualização (Suporte), Escrita – rascunho original (Liderança), Escrita – análise e edição (Suporte).

Fagundes, Patrícia da Conceição - Conceituação (Suporte), Aquisição de Financiamento (Suporte), Investigação (Suporte), Metodologia (Suporte), Administração do Projeto (Suporte), Supervisão (Suporte), Visualização (Suporte), Escrita – rascunho original (Liderança), Escrita – análise e edição (Suporte).

Disponibilidade de dados:

Os autores disponibilizam os dados da pesquisa sob solicitação.

Ética em pesquisa:

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, conforme Parecer nº 20131119.6.0000.8160.

Revisão textual:

Normalização bibliográfica (APA 7ª Ed.), preparação e revisão textual em português: Andréa de Freitas Ianni <andreaiani1@gmail.com>

Versão e revisão em língua inglesa: Francisco López Toledo Corrêa <francisco.toledocorrea@gmail.com>

Editoras responsáveis:

Editora Associada: Helena Sampaio <<https://orcid.org/0000-0002-1759-4875>>

Editora Chefe: Chantal Medaets <<https://orcid.org/0000-0002-7834-3834>>